

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1494784 - RJ  
(2019/0128408-1)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AGRAVANTE : JENNY BITTENCOURT AZEVEDO**  
**AGRAVANTE : MARIA PERPETUA SANTOS LOPES**  
**AGRAVANTE : MARIA LUCIA SILVA**  
**AGRAVANTE : SONIA MARIA CAVALCANTE DA SILVA**  
**AGRAVANTE : MARIA LUIZA REBOUCAS**  
**AGRAVANTE : ALTAIR DA TRINDADE FERREIRA**  
**AGRAVANTE : UBIRAJARA CABRAL PONCE DE LEÃO**  
**AGRAVANTE : EUDES EVANGELISTA SILVA**  
**ADVOGADO : CLÁUDIA MARIA DE MEDEIROS DALLA COSTA E**  
**OUTRO(S) - RJ085411**  
**AGRAVADO : UNIÃO**  
**AGRAVADO : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS**  
**ADVOGADOS : MARCOS VINICIO RODRIGUES LIMA - RJ051840**  
**RAFAEL LUCAS DE ARAÚJO E OUTRO(S) -**  
**RJ130270**

## EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.**

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – Não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno improvido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa  
Relatora

